

# FANTOCHES

BASTIDORES DA POLITICA E DOS NEGOCIOS

DIRECTOR E EDITOR

**ROCHA MARTINS**

CÓMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO, Rua do Alecrim, 65 — LISBOA — Telefone 2440 - C.

## O Estado inimigo da Nação

Das grandes frases e seus feitos — O Papel do Estado português ante o país — Dos incendios dos navios alemães ás alcavalas postais — O estrangeiro do interior — Na hora da revolta

«A Nação é de todos mas o Estado é nosso.»

Foi assim que o sr. João Chagas—recentemente chegado do Estoril com honras de protocolo e uma caixa, que officiais personalidades ajudaram a carretar—definiu seu sentir no folheto *A Ultima Crise*, publicado em 1915 contra a tentativa honesta dum saneamento nacional.

«A Nação é de todos mas o Estado é nosso.»

A minha formula é outra:

«O Estado português é o peor inimigo da Nação.»

Para o demonstrar não é necessaria a retorica, os apelos ás razões sentimentais, aos principios de antes de 89, ás tradições e ao passado. Os factos valem, nesta minha afirmativa, o seu peso em ouro, no bom ouro cuja expoliação nos tem sido feita por este singular Estado.

Ao grande grito da cruzada republicana: «o povo não pode nem deve pagar mais» succedeu a chancela cujo significado é o seguinte: «Para alimentar o Estado desfalque-se a Nação».

Senão vejamos. Quais são as grandes crises deste país? A de generos que as nossas colonias dão em grande copia, a de ouro para pagar aos importadores. Como se resolviam essas crises? Com fomento colonial e transportes. Do fomento colonial em Moçambique foram agentes alguns governadores que—á semelhança do sr. Brito Camacho—só



conseguiram prejudicar a provincia; em Angola succedeu o mesmo, em Cabo Verde outro tanto, e S. Tomé vai perder-se porque não lhe enviam os braços de que carece para seus trabalhos, a Guiné é um ninho de exploração, a India um montão de pedras gloriosas, sobre as quais passeiam reptis. Macau uma casa de batota cujo usufructuario é o governador e de Timor até já nem se fala como, se perdida na sua bruma, fosse uma abstração. Dos Açôres fizeram os governos presidios para politicos. A' Madeira não se acode com uma assistencia que do turismo viria realisando-se maravilha.

Em relação aos transportes toda a gente sabe o que aconteceu. Como se iam mandar soldados para a guerra, após uma solicitação deprimente da parte do Estado republicano, tomaram-se os navios alemães. Era uma armada esplendida a qual devia ter sido utilizada por duas maneiras: carregos dos nossos vinhos para o Brasil e Argentina trazendo em troca os generos de produções desses países e igual aplicação no trafego das nossas colonias. Não se pensou senão em entrega-los ao Estado que os deixou devorar, destruir, roubar, incendiar.

As presas de guerra, a troco das quais fomos dar vidas, foram objectos de vasta pilhagem. Os roubos succediam-se; para os encobrir pegava-se fogo aos barcos e os incompetentes que dirigiam o que se chamava *Os Transportes Maritimos do Estado* viam tudo isso roendo os ordenados. Um dia as chamas destruíram os proprios escritorios e de toda essa frota, na qual estava, em grande parte, a salvação ficaram alguns navios amarrados ás boias apodrecendo, outros empenhados nos portos onde ancoravam e o éco dum escandalo e dum crime para sempre impune.

O barateamento da vida que viria desse transporte dos generos com o ouro das nossas importações, foi uma ilusão mas houve quem enriquecesse nessas travessias de pirataria. Tudo porquê? Claramente o disse o sr. João Chagas: «A Nação é de todos mas o Estado é nosso.»

Os mais descabelados traficantes se teem feito nesta terra. O commercio defrauda o consumidor, explora-o, exaure-o. A cada medida que o governo toma para colbir as infamias a existencia dos nacionais agrava-se. Ha pouco ainda um ministro entregou a população, como uma captiva, á Moagem. O pão que devia baratear, desde que se fiscalisassem os lucros enormes dessas Companhias poderosas, aumentou e tornar-se-ha decerto num genero de luxo como vai ser o tabaco. Pretendeu-se fazer uma incursão no terreno desses formidaveis senhores do capital; a propria imprensa monarchica a aconselhou para se verificar dos lucros dessa colossal sanguessuga mas os governos aliaram-se com os que esmagam o povo. Quando se oferece farinha americana os do Estado sorriem e petiscam com a moagem nacional. Em vez de se baratear aquele genero dá-se o contrario. Porque? Porque nas Camaras dos Deputados, nos



Senado, nos ministerios, nos altos logares da governação existem socios da moagem e quando não são os ministros que teem açoes da empresa de grilhetas elas estão nas mãos dos secretarios ou dos chefes de gabinete.

Cada vez que o pão cresce em preço logo os operarios aparecem nos escritorios pedindo aumento de salario e com eles os empregados. Daí o encarecimento da vida e todavia: «a Nação é de todos mas o Estado é nosso.»

Cada vez que uma revolução, provocada por esse mesmo Estado que nos torna a vida tormentosa, se desenha os vencedores pagam aos seus soldados oferecendo-lhes empregos publicos e é assim que, havendo cada ano duas revoltas, a maioria dos republicanos portuguezes está amezendada no orçamento. Magnificos sapateiros, em vez de preguearem o seu parinho palitam os dentes nos corredores das secretarias, alfaiates, senhores de bom corte, imitam-nos e tipografos habéis, marceneiros esplendidos, pedreiros, canteiros, corticeiros, tecelões, duplamente nos exploram porque deixam de produzir em seus misteres e torna-nos mais cara a vida porque recebem por trabalhos que não fazem, pois mesmo não os saberiam fazer. Nas repartições ha excelentes operarios que largaram a ferramenta pela ociosidade. Tudo, porquê? Porque «a Nação é de todos mas o Estado é nosso» — e desde que tem defensores é usto quinhoar com eles os rendimentos nacionais.

Mas quando não existem esses rendimentos? E' simples. Tributa-se o país que está assim dividido, como uma provincia tomada, em patricios e escravos, em vencidos e vencedores.

Não praticaram de outro modo godos, cartagineses e romanos na Lusitania, hespanhois e franceses quando se instalaram na nossa terra: «A Nação — afirmavam os generais — é de todos mas o Estado é nosso.» E quando se queria enriquecer um amigo ou dar subsistencias a um exercito, sempre que os governadores desejavam colocar os seus ultimos dias ao abrigo das dificuldades as leis caíam sobre os pobres derrotados como cutiladas das espadas triunfantes.

Agora mesmo um desses exemplos surgiu. Os correios e telegrafos precisavam de equilibrar o seu *deficit*, nascido da pessima administração dos serviços, da falta de tactica e da corrupção exercida sobre alguns personagens dando-lhes dinheiro para lhes segurar as opiniões. Pois bem. Não se hesitou. Arranjaram-se logo as verbas indispensaveis que nos tornam impossivel a vida e atiram para a emigração milhares de portuguezes. Aumentaram-se as tarifas. Um pacote de 2 quilos, que pagava 1700 reis para as colonias e 3400 reis para o estrangeiro, passa a ser alcavalado em 6800 e 13600 reis. Deste modo, os livros que se destinavam à Africa, ao Brasil, à California, a todos esses logares onde os portuguezes formam vastos nucleos passam a não se produzir. Imedia-



tamente os escritores terão que procurar, fóra da sua profissão, meios de subsistencia, aos tipografos, impressores, encadernadores sucederá o mesmo e daí uma diminuição da arte portuguesa murada no limite acanhado das fronteiras, aquem das quais os iletrados proliferam com novos encargos sobre esse mesmo Estado, o qual, para acudir aos telegrafopostais, lança na fome outras classes mais importantes. Naturalmente os homens de letras com os seus nomes feitos culparão os governos da falta do seu pão, do que lhes rouba; os operarios farão o mesmo, nas almas passará o tormento e nos cerebros desenvolver-se-ha mais o odio porque por cada medida que esses repugnantes politicos engendram geram-se inumerosas torturas.

O pão carissimo, o exercicio de certas profissões proibido, a crise de trabalho enorme, os braços inutilizados nas secretarias, os politicos socios das empezas comerciais, tal é a situação que cabe dentro da sintese que o panfletario de outrora traçou porque se tornou um vencedor: *«A Nação é de todos mas o Estado é nosso»*. Isto é, deles!

Se-lo-ha; mas parece que se demonstra claramente que o Estado procede como se fosse um estrangeiro invasor dando aos amigos a propriedade dos vencidos. Arvorou-se aquella frase como principio mas a seu lado cabe outra: *«O Estado é o peor inimigo da Nação.»*

Desde que o sentem como eu, vamos a derrubar esse Estado para a nação não morrer como uma escrava sacrificada aos caprichos dum barbaro.



# Os Lucros Reservados dos Tabacos

As revelações do sr. John — Tabaco que faz espirrar — O governo e as fraudes — A formula quimica da nicotina — Escandalos e perdas de memoria

Uma das qualidades do tabaco é a de gerar o espirro; a outra é de enriquecer os seus monopolistas. Tem ainda varios predicados perigosos como originar a perda de memoria; entoxicar, produzir doenças de estomago, e de bom apenas possui, dizem uns, distrair o espirito; envenenar o corpo assevera a maioria. Por mim, sei que a nicotina em excesso amarga e enjôa, produz o vomito, e tem uma formula quimica: C. 10 H. 14 As. 2 que equivale a sentença imortal relacionada com os dividendos da empresa que explora, em Portugal, os tabacos.

*Companhia 10, Habéis 14, Asnos 2.* Julgo que também serve como remedio decisivo na cura dos carneiros tinhosos.

Isto, porem, que a veterinaria afirma nego-o em relação aos carneiros fumadores que somos todos nós.

Em volta daquela formula quimica da nicotina houve discussão rija, embora não a citassem e se eu não o tivesse descoberto ninguem veria a briga entre as razões com que o senhor Eduardo John atacava a companhia e a base da propria existencia da nicotina e do monopolio.

C. 10 H. 14 As 2. Pois que quere isto dizer fóra da quimica?

O senhor Eduardo John foi socio da casa Burnay e conhece em demasia o organismo dos Tabacos, essa fonte rendosa à qual o Estado vai conceder ainda mais regalias até que de vez alguem as córte sem se importar com as bandeiras estrangeiras que cobrem essa mercadoria prejudicial e carissima.

A Companhia sonega os lucros em grande parte; os Habéis colhem os grados juro, o Asno, o Estado, o Governo, o País contentam-se com o que lhes dão.

Aquela voz estrangeira, soando na assemblea geral dos Tabacos a dizer que foram de 12000 contos e não de 6000 os lucros do Monopolio no ano findo, tem a severidade de um panfleto condenatorio do tal negocio.

Passando-se o que afirma aquele celebrado financeiro, ao qual o velho conde de Burnay deveu grande parte dos seus triunfos, o governo tem que intervir imediatamente e em vez de conceder à Companhia a



escandalosa regalia de importar o tabaco estrangeiro deve verificar se o Estado foi defraudado, punindo immediatamente os culpados.

Será possível fazê-lo neste periodo em que as plutocracias teem como seus caixeiros alguns deputados, como seus agentes alguns politicos de influencia, como seus advogados antigos ministros, como seus defensores jornalistas subsidiados? Enquanto geram uma atmosfera de revolução, que lhes será fatal, vão colhendo os lucros estonteadores dos quais só aproveitam esses monopolistas e seus socios.

Em vez de 6147.666.000 reis, que o relatório dos Tabacos acusa como verdadeiro rendimento da sua industria, sobe a mais de 12000 contos os algarismos que deviam ter revelado. É o escandalo em volta do qual ha um pesado silencio. O sr. John foi, então, mais alem; encarregara-se de defender os interesses do estado português abandonados em mãos dos homens do monopólio. Em boa verdade devia entregar-se ao governo 400.000 libras em vez de 83.333.

A diferença que se marca entre estas verbas é tão colossal que não pode passar em julgado sem se cair na cumplicidade.

É isto, naturalmente, o que forma a verba intitulada *Lucros Reservados*, que fez espirrar o contabilista sr. John.

Estamos em presença de um relatório mentiroso. Confessou-se publicamente que se armazenaram lucros indevidos e ao mesmo tempo demonstra-se que ao governo cabe uma formidável quantia em ouro. A diferença, a seguir-se a teoria logica do sr. John, seria para o estado de 317000 libras o que contribuiria para o equilibrio da nossa moeda e virtualmente para o barateamento da vida.

Mas porque não intervem o governo, porque não se dá ao publico a satisfação de que ele carece ante as palavras daquele estrangeiro pleiteando pelo tesouro português?

No fim, a razão deve estar na celebrada formula da nicotina e na sua ação sobre a perda da memoria.

C. 10, H. 14, As. 2.

*Companhia* 10 de ganho, os *Habeis* de ganho 14 e os *Asnos* — os do Estado — apenas, 2. Grande coisa é a quimica aplicada aos monopólios.



## O autentico "Pombo Mariola"

Do pombal humilde ao governo dum distrito —  
Um sonbo de sargento em 1891 — Como decres-  
cem as banhas e os ideais — O inimigo dos ro-  
tundistas — O pombo e o seu milho

O gracioso comediografo Chagas Roquete fez representar, ha pouco, uma das suas engraçadas peças, que intitulou *O Pombo Mariola*. Podia ter feito uma comedia historica, pois o seu personagem, ou pelo menos o individuo a quem de direito pertence tal alcunha, existe no dominio da cronica contemporanea e daria, na realidade, motivo a alguns actos de bom teatro.

Era um pobre rapaz, provinciano do norte, sem eira nem beira, que para ser feliz só carecia dum modo de vida. Deliberou sentar praça, e, por suas graças, suas boas partidas, seus arrulhos, ofereceram-lhe aquele nome de caserna e de boa amisade. Chegara a sargento e rosnava-se que era republicano. Ao que parece, pusera-se em contacto com os homens do Porto, ardendo em ideal, pensando, um dia ou outro, em apañhar o galão de alferes, com a republica proclamada.

Levava sempre a mesma vida naquele quartel de cavalaria, entre as contas dos *prets*, a data de agua, a instrução, algum tabefe em brancos recrutas e engordava. Fazia exercicio, andava a cavallo, como lhe competia por seu mister, mas não abatia as banhas, que o invadiam, lhe davam um empanturramento, um papo, que mais o assimilhava a um pombo. Não eram já só os arrulhos; o homem alegre, patusco, o filhote provinciano, tomava o ar da ave à qual os camaradas o tinham comparado.

Ardentemente, o *Pombo Mariola* esperou a hora da revolta no Porto, ali, a distancia, comprometido a secundá-la, todo empenhado no triunfo. Revelára-se a alguns dos colegas como um homem de ideais. Não se julgasse que, apenas em partidinhas se entretinha, que só para amores



vivia ou que a gordura o impedia de sentir, dentro em si, uma luz. O seu candieiro era a republica. Engordára mais; parecia grávido da propria republica.

Naquela algida manhã de 31 de Janeiro as tropas saíam dos quartéis num passo processional, desceram a rua de Santo Antonio e a revolta começou. Soava a *Portuguesa*, e, sob a neblina do Douro e do céu, a soldadesca passava, de armas perfiladas, em direcção à Camara Municipal, satisfeita, como se não houvesse senão aquela cerração no seu caminho. Estavam triunfantes, ao que julgavam. Nenhum corpo da guarnição entravaria o movimento e já saíam dos labios os gritos de saudação à republica quando o tiroteio começou.

O que devia ser um passeio triumphal acabava em hecatombe. Os feridos arrumavam-se nos portais ou tingiam de sangue as pedras das calçadas, a *Portuguesa* deixára de soar, abatida como uma bandeira que se arriasse, e, no dia seguinte, a bordo dos navios amontoavam-se os vencidos, soldados e sargentos com os seus officiais.

Uma noite de frio, no final de Janeiro, regelara os entusiasmos do sargento de cavalaria. Começou a andar pensativo e a emagrecer como se fosse perdendo em peso o que se desagregava da sua alma em ideal. Finalmente a republica não satisfazia ninguem; não passava duma ridicula exhibição aquella scena do Porto; êle, apesar da sua adiposidade, vibrava em fantasias e imaginára uma epopêa na qual, espiritualmente, tomaria parte. Os louros da vitoria ficariam ao *Pombo Mariola* tão bem como o louro do tempêro no pombo com ervilhas. Aquella derrota fôra como uma entrada de bispo no seu refogado, e, tanto o considerou assim, que, pouco a pouco, se foi tomando doutras idéas mais reacionarias, mais episcopais. O bispo produziu o seu efeito no *Pombo Mariola* promovido a alferes. Voltára a criar banhas.

Durante muito tempo penitenciou-se da sua simpatia pela revolução, chamava à sua crença rapaziadas, arroubos de borracho saído do pombo familiar para a caserna. Agora, com o seu galão, sua pratica do mundo, mudára, e muito, radicalmente.

Comparava-se, ao aconchegar-se na sua roupa quente, nas invernias, sem cuidados, contando com o soldo no fim do mês, aos comprometidos na revolta, ao Deus dará por essa Africa tormentosa, sem eira nem beira, distanciados da reforma. Nada de mais aventuras, e asseverava ter sido por galhofa que simpatisara com os revolucionarios antes daquele tumulto portuense. Não era êle um homem de anedotas, de picaresco, dum comico inedito? Pois galhofára, largamente, o *Pombo Mariola*.

A segunda parte da sua vida foi passada no aconchego das conecias militares; guarda fiscal, repartições, nichos a que se amoldára, se



convertera, subindo em postos, comendo o milho das gratificações, tornando-se num pombo recheado.

Um dia, já era capitão, apeteceu o comando dum esquadrão da guarda municipal e não houve empenho que se evitasse nem supplicas que não se fizessem a seu favor. Argumentava-se com a simpatia que o *Pombo Mariola* irradiava e com a sua fidelidade às instituições. Dêste modo lhe foi entregue o esquadrão, e, cada vez mais gordo, mais pimpante na sua farda de dourados, voltava a arrulhar, como o seu homónimo quando tem o papo atulhado e o bom sol o doira e o anima.

Chegava, porem, ao auge a propaganda republicana, e êle, lembrando-se daquela manhã frígida de Janeiro, ha tanto tempo, aguardava apenas que tentassem de novo, no frio e no tumulto, a nova aventura, para então se encher de epopêa à frente dos seus soldados. Claro que tudo se passaria como outrora; não seria mais que uma segunda edição da scena do Porto o que sucederia e na qual tomaria parte como um herói, de papel bem sabido e conhecedor do fim e dos lucros da peça. Imaginava para si a situação dum salvador e a Torre e Espada, concedida ao major Graça, como premio da sua acção contra os rebeldes de 1891, alucinava-o; via a sua effigie nos jornais, condecorado de fresco, nédio, gordanchudo, com os olhinhos espertos, redondos, de *Pombo Mariola*.

Na madrugada de 3 de Outubro de 1910 a revolução rebentou. O official estranhou que não fosse em janeiro, mas não desesperou de vencer.

Um regimento saíra do quartel com dois officiais apenas; era o 16 composto por soldados novos; duas baterias de artilharia foram arrancadas de Campolide e dois capitães acompanharam-nas; um official, comissario da armada, de nome então ignorado, andava tambem nesse quadrado da Rotunda, onde ressoavam as salvas ao erguer do farrapo vencido no Porto, havia 20 anos. Não hesitou o comandante do esquadrão. Içaram-no para o cavallo e partiu de arremetida.

Era ainda muito cedo; annunciava-se vagamente o dealbar e êle queria, ao romper da manhã, ter liquidado aquele reducto. Lançou-se pela Avenida acima sem cautelas, sem precauções, galopava como se estivesse num exercicio. Os canhões tinham-se calado; naturalmente estavam em repouso os rebeldes. Estranhou que não levassem a charanga para tocar a *Portuguesa*. Aproximava-se mais; ia para o seu triumpho como se voasse, o *Pombo Mariola*, e se alguma cousa o perturbava era uma nesga de luz doce, suave, vinda do oriente, o sol que se pronunciava, ao contrario do que sucedêra no Porto, com êsse sacco de nevoeiro perturbador e regelante.

Quem vive?! Quem vem lá?... perguntaram as vedetas rebeldes.

Não respondeu; um tiro da canhão soou, e, apesar de ser de salva, ou de aviso, *Pombo Mariola* caíu do cavallo com estrondo, ficou estatelado



o seu corpanzil gordo por terra, e nunca mais soube da montada. Os tiros que se seguiram foram a valer. Os soldados da municipal avançaram e sofreram sob as balas da artilharia republicana.

A revolução venceu; e, como sucedera outrora, nos seus tempos de sargento, o herói desta narrativa, que envio a Chagas Roquete, para autenticar uma nova comédia de historia contemporanea, começou a imaginar e a mudar de idéas, de repente, saudoso das suas primeiras simpatias. Tirou uma certidão do passado distante, olvidou a sua ancia de epopêa que o meu colega, dr. Julio Dantas, cantára em satiricos versos, passados de mão em mão nos quartéis, e deliberou subir na vida. Tornou a encher o papo; acercou-se dos politicos; teve boas ilhargas e conseguiu a proteção do senhor general Sá Cardoso, que ainda estava na Rotunda quando êle caíra do cavalo, mas que em breve a deixaria tão desanimado da sua vitoria como o seu protegido da que almejava. Os dois desiludidos de 5 de Outubro entenderam-se, e, radiantes, novamente de papo volumoso, gordo, feliz, arrulhante, *Pombo Mariola* — alcunha que não deprime e só tem silabas patuscas, — é hoje governador civil na sua provincia e obeso, formidando, atochado de ganhos e honrarias, vai-se parecendo imenso com um zero mais do que com a ave arrulhante de que lhe deram o milho e o nome.



# Os grandes ricos, a esmola e o sr. governador civil

A certidão das verdades dum artigo anterior  
— O sr. governador civil e a praça de Lisboa  
— Da esmola pedida á exposição do terror —  
O que não sabem os egoístas — O estudo da  
psicologia devia ser obrigatorio

No numero anterior desta publicação demonstramos que os homens de dinheiro não valem á pobreza. Se carecessemos de provas para o que afirmamos, em nossa costumada veemencia, bastarnos-hia esta noticia publicada secamente em quasi todos os jornaes de Lisboa:

«O sr. dr. Pedro Fazenda, governador civil de Lisboa, enviou aos comerciantes e casas bancarias 500 circulares, pedindo donativos para o grande bodo que projectava dar aos pobres no dia de Ano Bom. Acontece, porem, que o chefe do distrito apenas recebeu resposta de 100 circulares, com donativos insignificantes.

Resolveu, por isso, pedir autorisação ás pessoas que enviaram esses donativos, para serem distribuidos por varias casas de beneficencia.»

A autoridade superior do distrito é um professor de geografia: conhece os mapas, sabe de cór as peninsulas, as ilhas, os cabos e, no meio da balburdia da Europa, aponta quaes as novas regiões pertencentes aos litigantes após as derrotas e os triunfos. O que ele porem ignora é a psicologia do cidadão do *alto negocio*.

E' capaz de dizer a fio os nomes de todas as vilas do Afghanistan e os graus de latitude a que fica o Texas mas desconhece, cabalmente, os cabos do coração, os lagos das almas, os istmos dos espiritos, as montanhas dos cerebros dessa gente que, por sua vez, não tem conhecimento da Siberia mas possui faculdades de multiplicar para seu proveito o que diminue tratando-se dos outros.

De que serve a um primeiro magistrado da capital papaguear de cór e salteado os rios da China se não penetra os amagos dos senhores da Moagem, da Finança, da Banca, da Bolsa, das Companhias, dos Lucros,



do ilícito?! Ele pode descrever os limites certos do curso do Yang-tse-Kiang mas não sabe qual a curvatura da generosidade do senhor Castanheira de Moura, do sr. Grandela, das Comanditas, dos Irmãos, dos outros senhores todos que neste país teem na mão a maneira de ganhar o superfluo.

E a prova que o distinto professor não vae em psicologia alem do que em si mesmo observa está no apelo que dirigiu aos comerciantes, ás casas bancarias, aos magnates afim de poder distribuir um bôdo a alguns pobres. A confissão dessa ignorancia é que assinou 500 cartas ás quaes responderam 100 abastados enviando-lhes donativos insignificantes.

Eu já tinha acentuado esse desprezo dos grandes ricos pelas grandes miserias, mesmo em pleno Natal, quando julgamos mais enternecidas as suas almas, mais aberto o cofre forte dos seus corações mas para juntar a tudo quanto escrevi tenho agora — hão-de sabe-lo largamente os miseros — a certidão do que constatará e passada pela autoridade.

Essa alta plutocracia a quem o magistrado se dirigiu, solícito e delicado, com suas circulares e suas venias, importa-se tanto que morra de frio, ahí numa rua da Baixa, qualquer creancinha como com as muralhas de Pekin, cujo contorno o sr. governador civil naturalmente tem presente; sente tanto que se finem de fome os humildes como a marcha do Nilo arrastando os seus limos. Compenetra-se tanto de que não deve cousa alguma á pobreza que ainda a explora na venda dos alimentos, nos transportes, nas falcatruas cambiaes. É tambem duma crassa ignorancia em psicologia, e eu depois direi porquê.

Colocado no gabinete do governo civil um homem que não possuisse a illustração larga do sr. dr. Pedro Fazenda, que em vez da carta da Europa conhecesse as cartas com que se ganham as partidas nesse jogo do plutocratismo, fatalmente, obteria as respostas ás suas quinhentas circulares com uma media de alguns pesados contos de reis. É que desses grandes ricos não se solicita nem se implora desde que elles chegaram ao maximo do desdem e do horror pelos infortunados. Ha outro processo, muito mais logico a seguir com o qual temos todos a ganhar: os pobres porque recolhem um pouco de bem estar, eles porque se livram dos odios dia a dia a accumularem-se sobre as suas cabeças. Seria duma simplicidade infantil pedir a comparencia de alguns dos mais grados comerciantes de Lisboa — só a desses — e expor-lhes o problema, com firmeza e alguma penetração:

— V. Ex.<sup>as</sup> vão fazer-me um obsequio . . . Assinam aqui um pedido a favor dos pobres . . . Sim . . . v. ex.<sup>as</sup> comprehendem . . . os seus grandes nomes, as suas altas situações, os seus negocios — não se diria as suas cumplicidades — vão atrair grande numero de donativos . . . Sim: v. ex.<sup>as</sup> bem sabem que se inscreverem aqui um conto cada um os seus rivaes não deixarão de os querer egualar . . . Teremos dinheiro para mitigar as dôres alheias . . . V. Ex.<sup>a</sup> ganharam, este ano, milhares de contos . . . Ha quem chore hoje milhares de lagrimas . . . Vamos a assignar isto . . . Sabem . . . ?! E' que assim se evitará a revolta contra os senhores . . . E, amigo Pedro Fazenda, professor de geografia, agarriaria nos *dossiers* da Policia de Segurança de Estado relativos ao que se diz, ao que se pensa, ao que se escreve em relação a essa centena de egoismos e mostrar-lha-ia. Nem um só deixaria de contribuir nem de



ir espalhar para os centros financeiros os perigos que correm os homens de negocio e do qual os avisava. Delicadamente, docemente, como quem assina um expediente, mandou pedir um obulo a 500 potentados e cem apenas lhe responderam como minguados cidadãos; enviando-lhe os tostões que eu — quasi tão pobre como os desvalidos — costume dar aos mendigos que me procuram. Foi um erro que não se deve repetir. A esmola não vem espontaneamente dessas bolsas; o terror, que não é uma mentira neste caso, é que a faz provocar. Eles que teem artes de ganhar dinheiro não os teem do conhecimento das multidões. Quem fizer os bairros para os desventurados, lhes der pão, lhes acudir pode enriquecer socegadamente que será abençoado e defendido; quem se recolher nesse egoismo feroz usado, este ano, mais do que em nenhum outro, pelos argentarios da praça, não poderá socegar sem vêr aspetos terríveis nascidos dos alarmes das vozes das ruas. De aí eu dizer que eles estão longe de merecer seus gosos porque, se bem sabem acumular a fortuna, não fazem por defender as existencias a não ser á sombra das espadas, a qual, muitas vezes, é peor do que o ardente calor das reivindicações.

Fóra daqueles intuitos, apenas movidas pela bondade, algumas senhoras realizaram uma festa na Liga Naval para mitigar agruras; essas, porem, tinham a guia-las a fé que os homens já perderam enchendo o seu antigo logar com pedras de egoismo. Falharam, desta vez, até mesmo como vulgares individuos, esses ricos e o governador civil falhou tambem com seu fim porque sabendo muito bem a altura do Monte Branco não calcula a dos montões de ganancias da sociedade onde ocupa um alto cargo.



# Bastidores da Historia Contemporanea

## Como Couceiro se escapou no 14 de Maio

Couceiro, com uma grande serenidade, tomara posse do aposento que lhe destinaram naquele palacio cheio de legendas politicas e toureiras onde o acolhiam durante o tiroteio. As peças de bordo tinham bombardeado a casa de seu cunhado, o engenheiro Ferreira de Mesquita, no alto de Santa Catarina.

Leote do Rego quizera desaloja-lo; expulsa-lo, marcando o seu protesto à lei que Pimenta de Castro mandara lavar para o seu reingresso e o dos outros proscriptos. A populaça alvoraçara-se e, quatro dias antes da revolução, como numa parada de forças, desabelhara de Alcantara uma turba que avançara para Santos aos berros e até aos tiros, clamara diante da redação da *Lucta* e tentara manifestar-se na morada provisoria do paladino. Passara uma furia à qual a guarda republicana assistira calada.

Agora, porem, era mais grave. Os revolucionarios estavam vencedores; era certo que já não se ouviam as descargas de bordo, mas o tiroteio de espingardaria continuava. Mesmo ali, naquele logar isolado, a tanta distancia da Baixa, chegavam de quando em quando, ruído dos disparos.

Tratava-se de pôr a salvo o Comandante — como lhe chamavam os rapazes, seus antigos soldados da Galiza —; conduzi-lo, sem precalço, a bordo de um navio inglês, livra-lo do inicial brado da turba hostil, do primeiro tiro, de qualquer avidéz de gloriola para um assassino. À sua volta tinham ululado coleras, uivado raivas, quando, ainda no tempo do «dictador», atravessara o Conde Barão com uma filha ao seu lado, loira e linda, pequenina e rosada, encarando com desdem o bando, escutando seus vivas provocadores. O seu prestigio e o receio das represalias detiveram a onda mas não sucederia o mesmo desde que chegara o triunfo. Um olhar, um gesto, um aviso, uma denuncia, perde-lo-iam. Guardava uma attitude estoica; a sua face palida não revelava preocupações, as suas palavras não eram alteradas e como se a dose do sangue inglês da mãe lhe desse uma gelida fleugma, o soldado arrebatado dos combates passava os dias lendo ou conversando como se estivesse na maior tranquillidade, sem correr os riscos. Entrara em Portugal a coberto de uma lei; poderia, aqui ficar por uma outra lei mais fatal, a da morte, porem, ele, de ha muito, oferecera sua vida em holocausto à sua Causa.

Os jornais narravam diariamente factos que não serviam de aquietamentos. Fôra o barbaro assalto dos civis à Escola do Exército, com a morte de dois alunos e dum official, as prisões movimentadas e os insul-



tos da marinhagem espicaçada ao velho général Pimenta de Castro e ao fundador da republica presos nos navios. Uma cegueira cerrava as almas; bravios e alterosos ruidos rugiam. O 14 de Maio, diziam-no as gazetas, custara 102 mortos e perto de 200 feridos, muito mais do que as baixas habituaes de uma guerra proveitosa contra negros de que saiam glorias e vantagens.

Não era de pacificar os animos a atmosfera de Lisboa. Couceiro, porem, parecia alheado, sentia-se, naquele velho palacio, como se estivesse em territorio estrangeiro.

Enquanto se procurava o meio de o pôr em segurança ele levava a mesma vida calma: a leitura, a conversa, as suas orações na pequenina capela ao lado duma velhinha de grande animo, meia entrevada, a senhora dessa residencia tão cheia de tradição, e que ia resar conduzida por uma serva num carrinho de rodas.

Quando, no rumor do tiroteio, se conduzira o Comandante num automovel veloz, o policia que guardava a sua casa, sabendo que a multidão andava na caçada aos seus camaradas, saltara para o carro, e fôra tambem recolhido na fidalga moradia. Não poderia dali sair senão quando Couceiro já estivesse longe afim de não revelar o seu logar de asilo, e, todavia, acabados os tiros, restabelecida a aparente calma, os policias iam-se apresentando e sendo distribuidos pelas esquadras sob a responsabilidade de bons republicanos bairristas. O que ele desejava, agora, era isso mesmo; partir, ir apresentar-se para não perder o pão.

Debalde o enganavam, lhe davam um tratamento pingue, boas comidas, vinhos, as *Aventuras de Sherlock Holmes* para lêr. O homem enervava-se.

Decididamente, queria-se ir embora! Que ainda era cedo, respondiam-lhe e vigiavam-no. Dormia em magnifico aposento, num soberbo leito Imperio rodeado de moveis antigos, e com a visinhança do neto da dona da casa e dum amigo, tambem combatente do periodo das incursões. Os rapazes deitavam dois colchões por terra junto das portas do quarto, e com as pistolas debaixo do traveseiro, passavam ali suas noites para que o seu hospede não fugisse.

Por vezes parecia resignado, diante dum calice de Porto, dumas gorgetas, dos moveis velhos que se entretinha a concertar; outros tomava-se de aborrecimentos, increpava ceu e terra e concluia sempre: «Eu quero ir-me embora!»

Foi necessario prevenir Paiva Couceiro daquela teima do seu antigo vigilante tornado presa de boa guerra; e então, mandou-o chamar à sala, ornada de retratos de avoengos da familia, e deixou-o ali à espera, a embeber-se no suntuoso. Para aparecer ao Comandante escovara a farda, limpou os botões, puzera a espada, como se tivesse de passar numa revista e unindo os calcanhares, perfilando-se, batendo a sua continencia, ouviu-o ordenar naquele tom com que automatiza os soldados:

— Você não se vai embora . . . Fica . . . !

A resposta safu tremula mas decisiva da bôca do interpelado:

— Não, senhor capitão, não vou . . .

Bastara aquela presença e a maneira rude porque se lhe falara para o fazer mudar de propositos.

Ia-se trabalhando para que o paladino deixasse Portugal. Comprara-se uma passagem a bordo dum navio inglês; prevenira-se tudo para a viagem; estava a aproximar-se o dia do embarque e era necessario



que ele se fizesse sem desastre. Claro que não podia tomar o vapor da agencia que conduz os passageiros aos paquetes mas arranjará-se, com Fernando Correia, uma guiga do Club Naval, tripulada por monarquicos a qual largaria lesta do Cais da Viscondessa para o barco onde a salvação começaria. Do palacio até lá, dois automoveis velozes seriam suficientes para a travessia. Um, à frente, com gente decidida e armada, no outro o Comandante com um dos rapazes e uma senhora da familia, já habituada aquelas scenas de perigos e de riscos que encarava sem pavores, serena, grave, numa coragem transmontana de outras edades.

O advogado Antonio Osorio quizera consultar o presidente do conselho acerca da partida de Couceiro. Monarquico indefetivel mantinha relações de amisade e de profissão com o dr. José de Castro, alçado aquele lugar. Expuzera-lhe a situação, firmemente, de homem franco para um animo honrado; dissera-lhe que o proscrito entrara em Portugal ao abrigo duma lei e não podia ser preso; antes se lhe devia conceder o direito de se exilar de novo. Aqui corria grandes perigos e tremendas responsabilidades recairiam sobre o governo se o matassem... Se regressara fôra porque confiara nos dirigentes que lhe tinham aberto as fronteiras da patria.

O velho advogado encarou o seu moço e eloquente colega. Era ministro da guerra e presidente do conselho num momento dos mais terribes da historia da republica; as multidões ainda ululavam, uma acalmia só tardiamente poderia realizar-se. Ali mesmo, no ministerio, entravam ainda os revolucionarios de olhos esbrazeados, cheios de civismo e de gloriola. Ele, porem, era um cultor das leis, um inimigo das desordens, das agitações, incapaz de desejar capturar um homem como Couceiro para agradar fosse a quem fosse...

No fim de contas ser-lhe-ia facil prende-lo, procura-lo, lançar a policia no seu rastro, mandar seguir alguns dos rapazes mais veseiros em acompanhar o caudilho mas cousa alguma fizera. Entendia que se devia dar a segurança para a partida de quem, realmente, um decreto, bom ou mau, reconduzira ao país... Que socegasse... Pelo lado do governo, enquanto ele mandasse, não tentaria cousa alguma a valer para essa prisão... Que partisse em paz...

A resposta era digna. Não se podia esperar outra cousa dum honesto advogado e dum animo desalbergado de coleras politicas ante a situação creada ao paladino da monarchia.

Foi isto o que se participou aos amigos do Comandante, e a ele proprio quando se adquiriu a certeza de que não seria incomodado.

Não o considerava, o presidente do governo, como um incursionista mas como um politico em transes dificeis e ao qual se devia deixar seguir a sua rota não o entregando nem à justica, nem ás furias da multidão.

Couceiro ouviu e dispôz-se a partir, no dia seguinte, pelo meio dia. O chefe do governo anciava tanto pela sua saída de Portugal, como os amigos do paladino mas havia quem espionasse, quem rondasse os caes sem o participar ao dr. José de Castro que dera ao seu colega dr. Antonio Osorio a resposta mais digna e mais honrada que se podia acentuar ante a singular situação de Couceiro.

Havia, pois, quem vigiasse os caes...

(Continúa).